



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025
(à MPV 1300/2025)

Dê-se nova redação ao § 9º do art. 3º, aos incisos II a IV do § 9º do art. 3º e aos §§ 10 e 11 do art. 3º, todos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na forma proposta pelo art. 2º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 3º

.....

§ 9º As modalidades tarifárias de fornecimento de energia elétrica aplicadas às unidades consumidoras, independentemente da tensão de fornecimento em que essas unidades são atendidas, podem prever, entre outros aspectos:As modalidades tarifárias de fornecimento de energia elétrica aplicadas às unidades consumidoras, independentemente da tensão de fornecimento em que são atendidas, poderão prever, entre outros aspectos:

.....

II – a disponibilização do serviço de fornecimento de energia elétrica mediante pré-pagamento;

III – tarifas multipartes, que considerem a cobrança de parte dos custos associados à disponibilização de capacidade para uso do sistema de distribuição desvinculada do consumo de energia, complementada com parcela proporcional a este consumo;

IV – tarifas diferenciadas para áreas de elevada complexidade ao combate às perdas não técnicas e de elevada inadimplência; e

.....

§ 10.

§ 11. As modalidades tarifárias de fornecimento de energia elétrica estabelecidas no § 9º, não serão aplicadas a unidades consumidoras, independente da tensão de fornecimento em que essas unidades são atendidas, enquanto



estiverem recebendo créditos de energia elétrica através do SCEE conforme estabelecido no inciso XIV do Art. 1º da Lei. 14.300, de 6 de janeiro de 2022” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados do sistema da Aneel, encontram-se em operação mais de 3.499.340 unidades de micro e minigeração de energia implantadas em todo o território da União, totalizando a potência instalada de 39.479.587,18 kW que atendem mais de 5.250.393 unidades consumidoras.

Isso demonstra que o setor atende em sua esmagadora maioria os lares e pequenos e médios negócios brasileiros que são impactados fortemente pelos altos custos da energia.

No setor elétrico, incluindo geração, transmissão e distribuição, em 2024, o Observatório DataMPE do Sebrae contabilizou 21.795 estabelecimentos ativos. Dentro desse universo, um número significativo de empresas trabalha com geração distribuída.

A ABSOLAR (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica) estima que, desde 2012, o setor já gerou mais de 768,1 mil empregos acumulados no Brasil, e atraiu mais de 240 bilhões de reais em investimento e gerou outros tantos bilhões em arrecadação de tributos, taxas, encargos e contribuições para o nosso país.

A aplicação de tarifas diferenciadas por horário, com postos tarifários, a serem estabelecidos pela ANEEL, podem impactar profundamente a remuneração dos ativos de micro e minigeração, o que pode afetar drasticamente a expectativa de receita dos ativos que estão em operação comercial, como também a continuidade desta atividade.

Portanto, propõe-se inclusão do § 11. no art. 3º da Lei nº 9.427/96, garantindo a estabilidade da expectativa de receita dos ativos de geração, ao passo que se fortalece a segurança regulatória do Setor Elétrico, promove-se o acesso à



energia renovável e viabiliza-se o crescimento sustentável do mercado de geração distribuída.

Sala da comissão, 27 de maio de 2025.

Deputado Filipe Martins
(PL - TO)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255511909100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Martins

